

"Povos indígenas, fronteiras amazônicas e soberania nacional. Algumas reflexões a partir dos Ashaninka do Acre"

José Pimenta

Departamento de Antropologia - UnB

Introdução

A presença indígena em zona de fronteira internacional, principalmente na região amazônica, constituiu uma preocupação permanente para o Estado brasileiro. A demarcação de terras indígenas nessas regiões é um dos principais focos de tensão política. Os povos indígenas em região de fronteira são vistos como uma ameaça à nação. Embora sejam brasileiros e suas terras propriedade da União, sua nacionalidade é questionada e são freqüentemente acusados de servir, de modo ingênuo, a interesses estrangeiros.

A tese segunda a qual a demarcação de terras indígenas em faixa de fronteira possibilitaria a criação de nações indígenas e favoreceria a chamada "internacionalização da Amazônia", ameaçando a integridade e a soberania nacional na região é recorrentemente afirmada pelo Exército brasileiro e seus ideólogos. Também é partilhada por muitos setores da imprensa, políticos de todos os partidos e amplamente difundida na sociedade. Recentemente, essa idéia esteve muito presente na mídia, estimulada por declarações do General Heleno, ex-comandante militar da Amazônia. O tema foi discutido em vários artigos da Folha de São Paulo e do Estadão que deram uma visibilidade inédita à demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, então em julgamento no STF. Um dos principais argumentos contra a demarcação em terra contínua da Raposa Serra do Sol era justamente a preocupação em não se estimular, em uma áreas de fronteira internacional considerada vazias, a formação de nações indígenas

que poderiam servir interesses estrangeiros e pôr em risco a integridade territorial do país e a soberania brasileira.

Nesta comunicação, após relembrar a importância histórica dos povos indígenas para a consolidação das fronteiras brasileiras, procurarei mostrar a falácia dessa tese a partir do caso dos índios Ashaninka do rio Amônia que vivem no Alto Juruá (Estado do Acre), na fronteira do Brasil com o Peru.

I- Os povos indígenas na construção das fronteiras do Brasil.

Na Amazônia, como alhures, os povos indígenas foram repartidos arbitrariamente entre os Estados-nação que se partilharam a região após os tratados sucessivos de delimitação territorial e os processos de independência. Até recentemente, essas populações eram objetos de políticas indigenistas, que, apesar de suas diferenças nacionais, tinham um comum objetivo: a assimilação progressiva dos índios às novas nações em construção.¹ Apenas nas últimas duas décadas, essa situação parece ter mudado, pelo menos do ponto de vista legal, com a adoção em vários países, inclusive no Brasil, de Constituições nacionais que rompem com as ideologias assimilacionistas e procuram reconhecer a pluralidade étnica de sua população.

No processo de formação do Brasil como Estado-nação, a diplomacia brasileira destaca o papel de dois grandes homens, considerados decisivos na definição das nossas fronteiras. O primeiro é Alexandre de Gusmão que, ainda sobre a orientação da Corte Portuguesa, negociou o Tratado de Madri em 1750, que substituiu o velho Tratado de Tordesilhas e consagrou o princípio do *uti possidetis*, que garantia o direito à posse ao ocupante de um território. O segundo é o Barão do Rio Branco que contribuiu para dar forma final ao território brasileiro, assinando tratados de limites com os países vizinhos e resolvendo quase todas as questões de fronteiras herdadas do Império. A importância histórica desses dois heróis da Pátria não deve ocultar o fato que a formação e consolidação do Brasil também resultam de um processo de conquista territorial caracterizado pela incorporação progressiva dos povos indígenas e de seus territórios (Lima, 1995; Little, 2002).

¹ Os laços étnicos eram considerados como incompatíveis com a lealdade nacional em construção.

Embora tenha se dado, muitas vezes, contra os índios, o processo histórico de “territorialização” do Estado brasileiro também contou, de modo decisivo, com a participação ativa desses povos. À sombra dos heróis da nação, os povos indígenas tiveram um papel fundamental para a consolidação das nossas fronteiras que, desde o Tratado de Tordesilhas, que dividiu arbitrariamente o Novo Mundo em 1494, foram expandidas e se consolidaram graças às alianças entre índios e portugueses. Essas alianças foram necessárias para garantir as posses territoriais em disputas com os países vizinhos.

No período colonial, por exemplo, criou-se uma divisão fundamental entre duas categorias: “índios mansos” e “índios bravos”. Enquanto, os “bravos” eram considerados inimigos e vistos como estrangeiros, justificando as chamadas “guerras justas”, os “mansos” eram pensados como elementos de fortalecimento da autoridade política da Coroa. Produtos da catequização, eram vassallos do Rei e defensores das fronteiras.

Vários antropólogos já salientaram o papel ativo dos povos indígenas para a definição e manutenção das atuais fronteiras na região amazônica no período colonial. Farage (1991) e Santilli (1995), por exemplo, mostraram que as disputas entre portugueses e holandeses para a ocupação do território do Rio Branco (hoje Estado de Roraima) envolveram os povos indígenas numa teia complexa de relações de alianças e guerras que foram decisivas para assegurar o domínio português e, posteriormente, brasileiro na região. O mesmo ocorreu nas disputas entre espanhóis e portugueses na faixa de fronteira ao longo do rio Guaporé (Meireles 1989). Parte do território do Mato Grosso foi incorporada ao Brasil graças às alianças dos portugueses com os índios Kadiweu.

O papel dos povos indígenas como guardiões das fronteiras também foi estimulado pela República. Cabe lembrar que a política indigenista brasileira republicana foi criada por um militar, Marechal Cândido da Silva Rondon, que fundou o SPI em 1910, primeiro aparelho de Estado instituído para definir e gerir a questão indígena. Como bem mostrou Antonio Carlos de Souza Lima (1992; 1995), o órgão indigenista continuou atuando para a construção dos limites políticos e simbólicos da nação, exercendo um papel geopolítico fundamental. Demarcando e ocupando territórios, o SPI fortaleceu o processo de construção da geografia nacional, imprimindo as marcas do Estado nos sertões.

Ao mesmo tempo em que garantia oficialmente parcelas do território nacional aos povos indígenas, estes eram vistos como vivendo à margem da civilização e deviam ser

incorporados, pela educação e o trabalho, à comunhão nacional. Essa incorporação era feita *in loco*, mantendo os índios nas regiões onde se encontravam para povoar os sertões e guardar as fronteiras. Desse modo, nacionalizar os índios era fortalecer as fronteiras e assegurar o controle sobre os territórios mais isolados da Nação. As duas propostas caminhavam juntas e, de certa forma, continuavam, com uma nova roupagem, as política coloniais.²

A ênfase na nacionalização dos índios ou “silvícolas”, como eram chamados, passava pela incorporação dessas populações como “guardas de fronteiras”. Essa idéia foi claramente exposta na década de 1930, quando o SPI passou a incorporar o Ministério da Guerra, integrando a Inspectoria Especial de Fronteiras, da qual Cândido Rondon fora chefe até 1930, na órbita do Estado-maior do Exército (Lima: 1992: 164-165). Um novo regulamento, instituído pelo decreto nº 736 de 6 de abril de 1936, marcava explicitamente essa preocupação com a nacionalização dos “silvícolas” em objetivava integrá-los à Nação como “guarda de fronteiras” (*Ibid*). O SPI devia trabalhar para que os índios dessas áreas não cedessem à atração das nações limítrofes, desenvolvendo neles uma pedagogia de civismo capaz de fomentar seus sentimentos de nacionalidade. Nas fronteiras, os postos indígenas procuravam atrair e fixar em território brasileiro os índios localizados próximos aos limites internacionais do país. Apenas brasileiros natos podiam exercer funções de natureza educativa e fomentar o caráter nacional dos índios. Num relatório de 1939 sobre a organização das fronteiras, dirigido ao Ministro da Guerra, o General Rondon apresentava os índios das regiões como aliados naturais do Exército e mostrava-se contrário à educação ministrada pelas Missões, prejudicial, segundo ele, à “formação viril do caráter selvagem”.

Nessa política, os índios não deixavam de ser sendo vistos como inferiores e o tratamento que lhes era dado era ambíguo e contraditório. Por seus “dotes naturais”, ou seja, as características guerreiras “inatas de sua raça”, eles serviriam espontaneamente a Pátria como “guardas de fronteira”, sendo, ao mesmo tempo, considerados povos imbeles e inocentes, que estagnavam na infância da humanidade e necessitavam da proteção fraternal do Estado para ser conduzidos à Civilização.

Esse rápido panorama histórico mostra que os povos indígenas, mesmo considerados pejorativamente e etnocentricamente povos inferiores, foram atores chaves

² Na realidade, elas nunca foram abandonadas e guardam, ainda hoje, ressonâncias no imaginário militar, por exemplo.

no processo de conquista, delimitação e consolidação das fronteiras brasileiras. A mesma ideologia militar que vê os índios como ameaça a soberania nacional fez deles um dos pilares dessa soberania. Certamente não é por acaso que temos hoje cerca de 30% da Faixa de Fronteira ocupada por Terras Indígenas. Esse fato resulta de uma estratégia histórica de ocupação deste imenso território que foi empurrando as populações indígenas para o interior, ao mesmo tempo em que combinava com elas a própria defesa do País.

Hoje, os índios que vivem na Faixa de Fronteira continuam garantindo a soberania brasileira. Executam diversas políticas públicas com diferentes órgãos governamentais, tanto a nível federal, como estadual ou municipal: programas de saúde, educação, meio ambiente, etc. Embora tenha problemas *na* fronteira, é interessante notar que o Brasil é o único país do BRIC³ que não tem problemas *de* fronteira. Os povos indígenas contribuíram historicamente para a construção e consolidação da unidade territorial do Brasil.

II- Os Ashaninka no Acre: A chegada do Brasil

Os Ashaninka, conhecidos durante muito tempo na literatura etnográfica como "Campa", pertencem ao tronco etnolingüístico Arawak, mais especificamente à família dos Arawak sub-andinos ou pre-andinos. Com uma população em torno de 100 mil indivíduos, eles são um dos povos indígenas mais numerosos da região amazônica, sendo o principal grupo indígena da Amazônia peruana. O território ashaninka estende-se por uma vasta região, do piemonte dos Andes centrais no Peru à bacia do Alto Juruá no estado brasileiro do Acre.

Como muitas outras populações indígenas da Amazônia (Yanomami, Wayãpi, Macuxi, Wapichana, Tikuna, etc.), os Ashaninka foram separados arbitrariamente por fronteiras políticas, resultado dos processos de territorialização coloniais e da formação dos Estados-nação, e estão hoje presentes no Peru e no Brasil.

No caso dos Ashaninka, essa divisão entre os dois países é, no entanto, muito desigual. A grande maioria desse povo indígena vive em terras peruanas. No Brasil, sua

³ O BRIC é a sigla usada para qualificar os principais países emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China.

presença sempre foi extremamente reduzida, limitando-se, hoje, a cerca de mil indivíduos que habitam cinco Terras Indígenas descontínuas, todas situadas no Acre, na região do Alto Juruá. Perto da metade da diáspora ashaninka do Brasil vive na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, demarcada em 1992 pela FUNAI com 87.205 ha e que faz fronteira com o Peru. Apesar de sua pouca relevância em termos demográficos, a presença dos Ashaninka em território acreano não deixa de ser importante do ponto de vista histórico e político.

Em março de 2007, Márcio Paulo Buzanelli, então Diretor General da ABIN, foi convidado para discursar numa sessão da “Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional” no Congresso Nacional em Brasília. Após falar sobre os problemas de biopirataria, que ela associava somente à cobiça internacional, pois nesse registros, todos os problemas parecem estar ligados aos “estrangeiros”, Buzanelli respondeu à preocupação de um parlamentar sobre o narcotráfico na região do Alto Juruá, principalmente no rio Amônia. O antigo diretor geral da ABIN insinuou, primeiro, que muita cocaína entrava em território nacional pela Terra Indígena Kampa do Rio Amônia e, segundo, afirmou: “Campa e Ashaninka são índios que vieram do Peru e ganharam uma terra indígena aqui”. Espero que a ABIN, cuja missão é garantir a segurança do Brasil e de seus habitantes, esteja mais informada sobre as reais ameaças ao país do que o seu antigo diretor estava em relação à história dos Ashaninka.

Ouvi várias vezes, líderes ashaninka, responder, com uma mistura de ironia e irritação, a jornalistas que, impressionados pelas suas *Kushma*, vestimenta tradicional (parecidas com as roupas de índios andinos), perguntavam se eram índios brasileiros ou peruanos. A essa pergunta, as lideranças respondiam sempre dizendo que nasceram e moram no Brasil, que têm documentos brasileiros, que falam o português, etc.

Uma outra resposta, que as lideranças ashaninka do Rio Amônia davam com frequência aos jornalistas questionadores de sua nacionalidade, poderia também ser dada ao antigo diretor da ABIN. Os Ashaninka dizem com frequência: “Nós não viemos para o Brasil, o Brasil é que chegou até nós”. Embora esse fato não seja necessário para assegurar a defesa de seus direitos territoriais em solo, hoje brasileiro, essa frase procura fazer justiça a uma versão da história que foi constantemente negada pela história oficial acreana.

De fato, narrativas recolhidas no Alto Juruá confirmam que a presença Ashaninka na região data, pelo menos, do final do século XIX, ou seja, antes do Acre se tornar território brasileiro.

No contexto histórico da colonização do Acre, o contato dos Ashaninka com os brancos se produziu de modo muito singular. Embora tenham participado ativamente do extrativismo itinerante do *caucho*, os Ashaninka, contrariamente à maioria dos povos indígenas da região, nunca foram sedentarizados nos seringais. Durante o auge da economia da borracha, no final do século XIX e início do século XX, eles procuraram ocupar áreas pobres em seringa e valorizar sua fama guerreira e suas habilidades comerciais em suas relações com os colonos, atuando, sobretudo, como guerreiros e parceiros de troca dos brancos. Na região do Alto Juruá e principalmente no rio Amônia, os Ashaninka foram fundamentais para dizimar os “índios brabos”, sobretudo os Amahuaka, e garantir a segurança dos seringais e sua viabilidade econômica. Certamente, esse papel dos Ashaninka como guardiães dos seringais, pelo tamanho muito reduzido dessa população na região e pela sua presença circunscrita a uma área muito delimitada, não influenciou em nada a história geral do Acre e sua incorporação ao Brasil; no entanto, esse fato não deixa de ser relevante para o conhecimento da história local e para mostrar que os índios nunca foram figurantes passivos da história.

Com o declínio da economia da borracha, durante a maior parte do século XX, os Ashaninka do rio Amônia continuaram mantendo um comércio regular, baseado no regime do aviamento, com pequenos patrões da região. Na década de 1980, eles se mobilizaram contra a exploração intensiva de madeira de lei em seu território promovida por empresários e políticos da região. Criaram uma cooperativa e uma associação e participaram ativamente da “Aliança dos Povos da Floresta” que teve um papel fundamental no reordenamento territorial do Estado do Acre a partir dos anos de 1990. Em 1992, conseguiram a demarcação de sua terra e começaram a desenvolver, com diversos parceiros do indigenismo, uma série de projetos econômicos dentro do paradigma do “desenvolvimento sustentável”. Ao longo dos últimos quinze anos, essa ideologia do “desenvolvimento sustentável” continuou norteando a política interétnica dos Ashaninka do Rio Amônia que conquistaram uma visibilidade inédita no cenário do indigenismo regional, nacional e até internacional. No entanto, a partir do final da década de 1990, novas invasões madeireiras, desta vez vindas do Peru, vieram ameaçar o modo de vida dos Ashaninka.

III- A luta dos Ashaninka em defesa da fronteira Brasil-Peru no Alto-Juruá

Desde a década de 1990, a Amazônia peruana conhece uma profunda dinâmica de re-ordenamento territorial que se traduz por uma exploração predatória e desorganizada de seus recursos naturais. Políticas governamentais incentivam a concessão de importantes parcelas de floresta para a exploração madeireira. Os departamentos do Ucayali e de Madre de Dios, que fazem fronteira com o Acre, passaram a viver um verdadeiro boom de exploração madeireira. Intimamente vinculada ao poder político e econômico, essa exploração trouxe um impacto socioambiental considerável, atingindo, principalmente, os territórios indígenas. Essas políticas também acabaram por impactar a área de fronteira e invadindo o território brasileiro, principalmente, na região do Alto Juruá.

No final da década de 1990, os Ashaninka do rio Amônia foram os primeiros a denunciar às autoridades brasileiras as invasões de madeiras peruanas em sua terra e, portanto, em território nacional. As primeiras denúncias não surgiram efeito e as invasões se intensificaram no final do ano 2000 com importantes danos ambientais. Os Ashaninka lançaram então uma vasta campanha de denúncias na imprensa regional e nacional que ganhou rapidamente repercussões internacionais. Os índios ameaçaram expulsar os invasores pela força caso as autoridades brasileiras não tomassem as providências necessárias para pôr fim às invasões de sua terra.

A amplitude dessas denúncias levou o governo federal a iniciar, no final de dezembro de 2000 e em janeiro de 2001, a chamada *Operação Ashaninka*. Coordenada pela Polícia Federal, essa operação contou com a participação da Força Aérea Brasileira (FAB), do IBAMA, da FUNAI, de representantes do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC) e do comando da Polícia Militar de Cruzeiro do Sul. Ela averiguou que os madeireiros peruanos tinham avançado cerca de dez quilômetros em território brasileiro, aberto pelo menos oito clareiras na floresta e retirado madeiras nobres da terra indígena e do Parque Nacional da Serra Divisor, que faz limite com a terra dos Ashaninka e com o país vizinho. A impressionante força militar mobilizada pela *Operação Ashaninka* e as promessas das autoridades em fiscalizar a fronteira e iniciar um diálogo com o Peru sobre a questão das invasões madeireiras contribuiu para apaziguar temporariamente o clima de tensão na área.

As repercussões na imprensa nacional e internacional das denúncias dos Ashaninka também levaram o governo brasileiro a iniciar negociações diplomáticas com o Peru. Por ocasião da “*V Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Peru sobre o Meio Ambiente*”, realizada em Brasília em agosto de 2001, as duas Chancelarias criaram o “*Grupo de Cooperação Ambiental Fronteiriça Brasil-Peru*”, cuja coordenação ficou a cargo do IBAMA, do lado brasileiro, e do INRENA, para o Peru (Iglesias e Aquino, 2006: 32).

No entanto, as invasões de madeireiros peruanos continuaram entre 2001 e 2003. No final de fevereiro de 2003, frente à ineficiência da fiscalização dos órgãos do Estado, o presidente Associação Ashaninka do Rio Amônia denunciou as autoridades brasileiras ao Ministério Público Federal (M.P.F).

A pedido dos Ashaninka, o M.P.F entrou com uma Ação Civil Pública contra a União para que os órgãos de Estado cumprissem seu dever de vigilância e fiscalização nessa porção de fronteira amazônica, colocando um fim às invasões. Em março de 2004, a Justiça Federal do Acre, condenou a União a reavivar os marcos fronteiriços entre o Brasil e o Peru no Alto Juruá e a estabelecer postos de fiscalização da Polícia Federal, IBAMA, FUNAI e do Exército na região. Essa condenação, ao meu conhecimento inédita, e o impacto causado por uma nova fase de denúncia dos Ashaninka na imprensa nacional e internacional decorrente de novas invasões no verão de 2004, levou o Estado brasileiro a reforçar sua presença na região.

O IBAMA, a Polícia Federal e o Exército passaram a organizar periodicamente uma série de operações para fiscalizar a região de fronteira principalmente a Terra Indígena Kampa do Rio Amônia e o Parque Nacional da Serra do Divisor. Nessas operações, muitas delas acompanhadas pelos Ashaninka, dezenas de madeireiros foram presos, ramais e acampamentos destruídos e milhares de metros cúbicos de madeira foram apreendidos e dinamitados. Cabe notar que essas operações também destruíram laboratórios clandestinos de pasta base de cocaína, instalados em território brasileiro por traficantes peruanos. Um problema que os Ashaninka vêm também denunciando há anos sem ser ouvidos.

Essas operações são resultado direto da intensificação da mobilização política dos Ashaninka ao longo do ano de 2004. Com o apoio de vários parceiros, eles mobilizaram a mídia e sensibilizaram a opinião pública e alguns responsáveis políticos. O auge da mobilização dos Ashaninka ocorreu entre 20 e 24 de setembro de 2004, em Brasília, com

a realização da *Semana Ashaninka*. Durante esse evento, os índios apresentaram suas iniciativas pioneiras na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais, mas, sobretudo, divulgaram as dificuldades vividas por eles com a constante invasão de madeireiros ilegais em seu território. Durante o encontro, as lideranças se reuniram com responsáveis da cooperação internacional e autoridades políticas e institucionais brasileiras: ministros, deputados federais, senadores, presidente do IBAMA, da FUNAI, responsáveis do Exército, da Polícia Federal, etc.

A semana Ashaninka foi amplamente divulgada pela imprensa nacional. Uma equipe de reportagem da Rede Globo, por exemplo, esteve na terra indígena e mostrou os prejuízos que as invasões causavam aos índios. O tema foi destaque no *Jornal Nacional* e objeto de uma matéria apresentada no programa *Fantástico* da Rede Globo em sua edição de 26 de setembro de 2004.

Símbolo dessa luta dos Ashaninka, no dia 9 de dezembro de 2004, a liderança Benki Pianko foi homenageada, em Brasília, com o Prêmio de Direitos Humanos 2004, concedido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, em reconhecimento da luta de seu povo na defesa de sua terra, da floresta amazônica e, cabe frisar, das fronteiras do Brasil.

Em fevereiro de 2005, na aldeia ashaninka, foi realizada uma reunião com a presença do comandante militar da Amazônia, três generais e agentes do serviço de inteligência do Exército, o procurador da república e o governador do Acre, além de deputados federais e estaduais. Nessa ocasião, as lideranças indígenas reiteraram suas reivindicações às autoridades que se comprometeram a continuar as ações de vigilância e fiscalização, anunciando a instalação de um pelotão do Exército na foz do rio Amônia ; pelotão que de fato foi instalado em 2007 (Iglesias e Aquino 2006: 5).

No mês seguinte, uma liderança ashaninka integrou uma comitiva do governo acreano em visita ao então Presidente do Peru, Alejandro Toledo, para discutir as perspectivas de integração econômica abertas pela pavimentação da denominada “Rodovia Transoceânica”. Durante essa viagem à Lima, a liderança ashaninka e o então governador Jorge Viana pediram a interrupção imediata das invasões madeireiras e cobraram do Presidente peruano garantias para a proteção do meio ambiente e das populações tradicionais na região de fronteira.

Embora essencial, os Ashaninka perceberam muito rapidamente que as ações de vigilância e fiscalização da fronteira não eram suficientes para pôr fim às invasões. Uma

solução duradoura para o problema demandava uma ampla articulação política, movendo esferas do governo federal, estadual e a sociedade civil organizada. Com o apoio de diversos parceiros, as lideranças Ashaninka começaram a construir essa agenda política que foi crescendo nos últimos anos e busca traçar diretrizes sustentáveis para o desenvolvimento da faixa de fronteira Brasil-Peru em toda a região do Alto Juruá.

Hoje, as discussões bilaterais entre Brasil e Peru ocorrem em vários níveis e envolvem uma grande variedade de atores. A nível federal, no Itamaraty, existe o já mencionado “*Grupo de Cooperação Ambiental fronteira Brasil-Peru*” que foi responsável pela vivificação dos marcos fronteiriços em 2005, uma das exigências da sentença proferida contra a União em março de 2004 pela Justiça Federal do Acre após a ação movida pelo MPF a pedido dos Ashaninka.

Em nível local e regional, a mobilização dos Ashaninka contra a exploração madeireira e em defesa do desenvolvimento sustentável, não apenas de seu território, mas de toda a bacia do Alto Juruá, levou à criação, em abril 2005, na cidade de Cruzeiro do Sul, do “*Grupo de Trabalho de Proteção Transfronteira da Serra do Divisor e Alto Juruá –Brasil/Peru*”. O Grupo de Trabalho Transfronteiriço ou GTT, como passou a ser conhecido, reúne um grande número de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, da faixa de fronteira Brasil-Peru. Desde sua criação, o GTT promoveu vários encontros, alguns na aldeia Ashaninka. Nesses encontros, nos quais representantes de órgãos dos poderes públicos federal, estadual e municipal são convidados, se discute os problemas socioambientais e as políticas públicas de desenvolvimento e integração de uma região que apresenta os maiores índices de biodiversidade no planeta. O GTT procura monitorar as invasões madeireiras e traçar diretrizes para um plano binacional de proteção da biodiversidade e das populações tradicionais da fronteira do Acre com o Ucayali, na bacia do Alto rio Juruá. Os Ashaninka foram os principais incentivadores do GTT o que lhes permitiu colocar o problema das invasões madeireiras peruanas em sua terra no debate mais amplo das políticas públicas de desenvolvimento e integração transfronteira.

A nível do executivo regional, o ex-governador do Acre Jorge Viana, também deu a questão das invasões madeireiras um lugar central na agenda política de discussões entre os governos do Acre e do Ucayali. Assim, em julho de 2006, foi criado o “*Fórum Binacional de Integração e Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Ucayali/Peru e Estado do Acre/Brasil*”. Esse Fórum reúne representantes dos governos

federal e regional, organizações indígenas, entidades indigenistas, ambientalistas, empresários e representantes do mundo universitário dos dois países.

Embora a questão das invasões madeireiras na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia tenha ganhado visibilidade em decorrência das denúncias dos Ashaninka, essa questão é apenas parte de um processo mais complexo e multifacetado que passou a ser considerado em sua totalidade. Além dos Ashaninka, as invasões madeireiras atingem também o Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD) e, de modo geral, toda a zona de fronteira do Acre com o Peru, onde vivem ainda povos indígenas considerados “isolados”. Segundo a FUNAI, essa região de fronteira concentraria a maior população de índios isolados da bacia amazônica, estimada entre 600 e 1000 indivíduos. A intensa exploração madeireira está reduzindo o território desses índios isolados. Encurralados, eles buscam refúgio em território brasileiro e entram periodicamente em confronto com outros grupos indígenas vizinhos ou com brancos regionais.

Às invasões madeireiras, acrescentam-se, grandes projetos de infra-estrutura, a intensificação do narcotráfico e, mais recentemente, a decisão do governo peruano de abrir concessões para a exploração de petróleo e gás na região do Ucayali e Madre de Dios.

No fundo, trata-se de embates em torno de políticas desenvolvimentistas para essa região de fronteira. As instituições governamentais brasileiras não parecem ainda ter dado a esses problemas a atenção que eles merecem. As promessas dos discursos não se acompanham de medidas concretas e eficazes

O “*Fórum Binacional de Integração e Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Acre-Ucayali*”, instalado pelo governo do Acre, prometia ser um instrumento importante para a resolução dos problemas fronteiriços, mas ele só se reuniu uma vez, em 2006, para a sua criação. Apesar de uma visão bastante progressista em relação às questões ambientais e indígenas, a agenda política do governo do Acre para a região do Alto Juruá parece estar essencialmente guiada por interesses econômicos, exemplificados pelas discussões em torno da integração viária entre Cruzeiro do Sul e Pucallpa.

O mesmo acontece a nível federal. Apesar do engajamento de diferentes instituições como a Polícia Federal, o IBAMA e o Exército em ações de fiscalização e combate às atividades ilegais, essas operações têm pouco efeito dissuasivo e apenas constatações de fatos consumados. O “*Grupo de Cooperação Ambiental Fronteiriça Brasil-*

Peru”, criado em 2001, após as denúncias dos Ashaninka, realizou algumas reuniões, mas, tirando a vivificação dos marcos fronteiriços, não houve resultados concretos. Principal promotor do desenvolvimento predatório na faixa de fronteira, o governo peruano não manifesta vontade política para abordar essa questão que também parece ser considerada secundária pela Chancelaria brasileira frente a interesses políticos e econômicos vistos como prioritários, tais como: o apoio do Peru à candidatura do Brasil ao Conselho Permanente da ONU, a integração viária entre os dois países que possibilita o acesso dos produtos brasileiros aos portos do Pacífico, a venda para o Peru do pacote de Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAN), a venda de aviões para o Peru, etc. (Iglesias e Aquino, 2006: 20).

Um caminho importante para as negociações bilaterais entre o Brasil e o Peru seria a harmonização da legislação ambiental entre os dois países. Se existisse uma real vontade política de ambos os lados, essa harmonização poderia ocorrer no âmbito do *Tratado de Cooperação Amazônica* (TCA) que, embora seja um texto genérico, possibilita o estabelecimento de acordos bilaterais entre os Estados membros (Macedo 2008). Enquanto isso, os Ashaninka continuam vigiando o seu território e participando da defesa da soberania do país e da fronteira, atentos a novos sinais de invasões peruana. Organizam e participam ativamente das reuniões periódicas do GTT, mas, sem vontade política de ambos os países, a situação tem poucas chances de melhorar.

As invasões de madeiras peruanas não são apenas uma violação aos direitos indígenas e uma agressão ao meio ambiente, são também um problema grave de transgressão da soberania nacional.

Conclusão

Como tentei mostrar, nos últimos anos, os Ashaninka vêm cooperando com o Exército, a Polícia Federal e o IBAMA na fiscalização da fronteira do Alto Juruá e na defesa do território nacional. Desde a *Operação Ashaninka* de 2001, existe uma confiança mútua entre esse povo indígena e os órgãos de estado que tem a missão de fiscalizar essa região.

O panorama histórico dado no início dessa exposição e o caso Ashaninka expressam, de maneira nítida, a inconsistência da tese que apresenta os povos indígenas vivendo em região de fronteiras amazônicas como ameaça à soberania nacional. A

mobilização dos Ashaninka em defesa de seu território e dos limites da nação prova que a presença dos povos indígenas em região de fronteira, em vez de favorecer a suposta “internacionalização da Amazônia”, é, pelo contrário, um elemento essencial para garantir a vigilância dessa vasta região. Os Ashaninka foram os primeiros a denunciar as invasões do território nacional e a cobrar providências das autoridades, mobilizando, inclusive, o Ministério Público que, paradoxalmente, chegou a condenar a União para que ela cumpra seu dever de fiscalização.

A falta de compromisso político das autoridades brasileiras para resolver os problemas das invasões madeireiras e do narcotráfico na faixa de fronteira do Alto Juruá contrasta com a tese que apresenta os povos indígenas como uma ameaça à soberania nacional; idéia onipresente nos corredores políticos de Brasília e alhures.

As verdadeiras ameaças à Amazônia, à sua biodiversidade, aos direitos dos povos indígenas e à Nação, são os crimes contra o meio ambiente e contra os direitos humanos provocados por uma lógica desenvolvimentista frenética e predadora, muitas vezes beneficiadas por políticas públicas ou, simplesmente, estimulada pela cumplicidade omissa dos governantes.

Referências Bibliográfica

Farage, Nádia.

1991. *As Muralhas dos sertões: Os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, ANPOCS.

Lima, Antonio Carlos de Souza.

1995. *Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

1992. “O governo dos índios sob a gestão do serviço nacional de proteção aos índios”. In *História dos Índios no Brasil*, Manuela Carneiro da Cunha (org.). São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, pp. 155-172.

Little, Paul. Elliott.

2002. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade”. *Série Antropologia*, n.322.

Iglesia, Marcelo Piedrafita e Valle de Aquino, Terri.

2006. *Geopolítica nas fronteiras acrena com o Peru e os povos indígenas*. Rio Branco : Governo do Acre, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais. mimeo.

Macedo, Marcus Vinicius de Aguiar.

2008. *Exploração predatória de madeira em terras indígenas da fronteira amazônica: a questão ashaninka à luz da cooperação amazônica -TCA*. Dissertação de Mestrado em Direito- Universidade Federal de Santa Catarina.

Meirelles, Denise Maldi.

1989. *Guardiãs da fronteira. Rio Guaporé, século XVIII*, Petrópolis: Vózes.

Santilli, Paulo.

1994. *As fronteiras da República: História e política entre os Macuxi no Vale do rio Branco*. São Paulo: NHII-USP/FAPESP.